



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

128  
no

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0133341-9

COMARCA: Recife

ORIGEM: Juízo de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco e IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco

Edna Pereira dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. CUSTEIO, PELO IRH, DA REALIZAÇÃO DE ATO CIRÚRGICO DENOMINADO 'TERAPIA FOTODINÂMICA COM VISUDYNE NO OLHO ESQUERDO'. PACIENTE PORTADORA DE MEMBRANA NEOVASCULAR SUBRETINIANA (CID H35.3). COBERTURA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. DEVER DO SASSEPE. 1. De proêmio, tem-se que o SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco foi criado pela Lei Complementar nº 30/2001, e seu regulamento foi aprovado por intermédio do Decreto nº 23.137/2001. 2. Destina-se à prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e tem a função de realizar ações de medicina preventiva e curativa, ambulatorial e hospitalar, por meio de entidades, profissionais ou hospitais credenciados e, em especial, de sua rede própria. 3. Trata-se, pois, de *sistema de saúde* administrado e gerido pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco, cujas coberturas previstas são as constantes do rol de procedimentos definidos em Resoluções do Conselho Deliberativo do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – CONDASPE (a exemplo do art. 1º da Resolução nº 03/2004). 4. Ou seja, o SASSEPE é um sistema de adesão voluntária, cujo custeio conta com a participação dos seus beneficiários, além de contribuição fixa do Poder Executivo e variável dos demais Poderes, na proporção dos respectivos servidores aderentes, razão pela qual sua função não se confunde com a desempenhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal e igualitário, sem qualquer limite de cobertura de tratamentos. 5. Porém, anotou-se que ainda que a Lei Federal nº 9.656/98 não abranja os sistemas de saúde mantidos pelas pessoas jurídicas de direito público para os seus servidores, estes servidores, mesmo não qualificados como *consumidores* (na acepção tradicional de *direito privado*), não podem ficar à *completa mercê* das decisões administrativas que deliberem incluir ou excluir determinados procedimentos do âmbito de cobertura, o que em última análise resultaria em *cláusula potestativa* francamente incompatível com o caráter oneroso do sistema. 6. Deveras, a circunstância de o SASSEPE ser estruturado em *bases estatutárias* e de *adesão voluntária* não significa que não se apliquem aos aderentes, *por identidade de razão jurídica*, pelos menos algumas das regras protetivas comumente regentes das relações de consumo que envolvem planos de saúde privados, em especial quanto *ao efetivo conhecimento das condições e limites do sistema no momento da adesão e à prévia comunicação, a tempo e modo, das eventuais alterações das regras originárias*. 7. Nesse cenário, tem-se que a realização de ato cirúrgico





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

129  
20

denominado 'Terapia Fotodinâmica com Visudyne no olho esquerdo para tratamento de membrana neovascular subretiniana', deferido em primeiro grau, não se afigura excepcional ou extraordinário, não se justificando, sob o prisma do princípio da razoabilidade, a negativa de seu custeio (precedentes deste TJPE). 8. Reexame Necessário improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário nº 0133341-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de ~~jun~~ de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0133341-9

COMARCA: Recife

ORIGEM: Juízo de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco e IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco

Edna Pereira dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Mandado de Segurança** (nº 001.2004.009898-3) proposto por **Edna Pereira dos Santos** em face da Diretora do **SASSEPE**, julgado procedente pelo Juízo de primeiro grau, nos seguintes termos:

*"Diante do exposto, por entender que a negativa da autoridade impetrada em proceder com a anuência ao procedimento cirúrgico e tratamento recomendados para a comprovada enfermidade da Impetrante, contribuinte do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, configura violação a direito líquido e certo desta, ilegalidade que afronta direito a sua saúde, assegurado por norma inserta na própria Constituição Federal, JULGO PROCEDENTE o presente mandamus, concedendo a Segurança ora pleiteada para o fim de confirmar a liminar, outrora deferida por este Juízo e mantida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, que determinou à autoridade indigitada a autorização para realização da citada terapia às sua expensas, sem que isso cause qualquer ônus à requerente.*

*Custas ex legis.*

*Sem honorários. (...)"*

Irresignado com o deferimento da antecipação de tutela (fl.50), o IRH aforou Agravo de Instrumento (nº 0111781-9, fls. 57/62), no qual restou indeferido o pedido de efeito suspensivo (fls. 72/80), vindo a ser devolvido ao juízo de origem em 10/01/2007, conforme se depreende de consulta efetuada ao sítio de acompanhamento processual deste Tribunal (Sistema JUDWIN).

Na via originária, a impetrante/recorrida, beneficiária do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco e portadora de membrana neovascular subretiniana (CID H35.3), pugna pelo custeio, pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, da realização de ato cirúrgico denominado 'Terapia Fotodinâmica com Visudyne no olho esquerdo para tratamento de membrana neovascular subretiniana', conforme preceituam a 'requisição médica' (fl.10), o 'receituário médico' (fl.07), e a 'solicitação médica' (fl. 08), subscritos, respectivamente, por profissional do próprio IRH, pela Dra. Lucianne



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Almeida (CRM 8987), do Hospital da Restauração, e pelo Dr. Theophilo de Freitas (CRM-PE 4911), do Hospital de Olhos Santa Luzia.

Aduz ter formulado pedido administrativo ao SASSEPE, que foi indeferido (fl.26) sob o fundamento de que *"A Terapia Fotodinâmica com Visudyne é um procedimento novo na área médica, nova tecnologia, não faz parte do rol de procedimentos do SASSEPE e ainda está incluso no rol da ANS"*.

Assevera a impetrante/recorrida a imprescindibilidade do procedimento solicitado, eis que *"apresenta baixa visual em OE, decorrente de Maculopatia, diagnosticada há + - 3 anos"*, nos termos do 'receituário médico' mencionado (fl.07).

Nesse panorama, a impetrante/recorrida aponta como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 1º, I e III, 5º, LXIX, *caput*, 6º, *caput*, e 196, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

Em suas informações (fls.86/89), sustentou o IRH, em síntese: (i) que o SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco foi criado pela Lei Complementar nº 30, de 02 de janeiro de 2001, e seu regulamento foi aprovado por intermédio do Decreto nº 23.137, de 21 de março de 2001; (ii) que compete ao IRH/PE, autarquia estadual dotada de personalidade jurídica, a administração e a gestão do referido plano de assistência médica, nos termos do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 30/2011; (iii) a ausência do direito da impetrante/recorrida ao custeio do procedimento cirúrgico ora solicitado, eis que de acordo com as normas que regulam as ações de medicina preventiva e curativa do SASSEPE, editadas em conformidade com a LC nº 30/2011 (arts. 2º, III, e 3º da Resolução nº 11/2002 do CONDASPE – Conselho Deliberativo do SASSEPE), não há previsão legal para o custeio do mesmo, dispondo-se, entretanto, de outros tratamentos para a patologia da impetrante; (iv) que o SASSEPE constitui um fundo com recursos limitados, gerido por recursos escassos, pelo que não se pode, sob o manto do direito à saúde, atribuir ao sistema a amplitude que seria desejável, em evidente prejuízo ao equilíbrio econômico e financeiro do mesmo, e em detrimento de milhares de usuários que necessitam daqueles recursos para o custeio de seus tratamentos legalmente amparados, sob pena de violação ao princípio da igualdade e da legalidade; (v) que a impetrante/recorrida postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) - já que o Judiciário passaria a substituir o administrador; (vi) que disponibilizar os recursos do SASSEPE para atender ao referido pleito seria impossibilitar a cobertura de tratamentos efetivamente contemplados no plano, o que prejudicaria sobremaneira a assistência regularmente prestada pelo SASSEPE, além de gerar prejuízos ao equilíbrio atuarial, indispensável ao bom funcionamento e sobrevida de qualquer sistema de saúde; e (vii) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso ante o perigo de dano inverso e o risco de lesão grave e de difícil reparação.



1241



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Não houve interposição de apelo voluntário ('certidão' - fl.95).

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls. 118/119) *"pelo não provimento do reexame necessário, sendo, pois, pela confirmação da sentença de primeiro grau, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos."*

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de junho de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0133341-9

COMARCA: Recife

ORIGEM: Juízo de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco e IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco

Edna Pereira dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Como visto, pugna a impetrante/recorrida, beneficiária do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco e portadora de membrana neovascular subretiniana (CID H35.3), pelo custeio, pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, da realização de ato cirúrgico denominado 'Terapia Fotodinâmica com Visudyne no olho esquerdo para tratamento de membrana neovascular subretiniana', conforme preceituam a 'requisição médica' (fl.10), o 'receituário médico' (fl.07), e a 'solicitação médica' (fl. 08), subscritos, respectivamente, por profissional do próprio IRH, pela Dra. Lucianne Almeida (CRM 8987), do Hospital da Restauração, e pelo Dr. Theophilo de Freitas (CRM-PE 4911), do Hospital de Olhos Santa Luzia.

De proêmio, tem-se que o SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco foi criado pela Lei Complementar nº 30, de 02 de janeiro de 2001, e seu regulamento foi aprovado por intermédio do Decreto nº 23.137, de 21 de março de 2001.

Destina-se à prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e tem a função de realizar ações de medicina preventiva e curativa, ambulatorial e hospitalar, por meio de entidades, profissionais ou hospitais credenciados e, em especial, de sua rede própria.

Trata-se, pois, de *sistema de saúde* administrado e gerido pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco, cujas coberturas previstas são as constantes do rol de procedimentos definidos em Resoluções do Conselho Deliberativo do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - CONDASPE.

A Resolução nº 03/2004, em seu art. 1º, dispõe:

*"Art. 1º - São excluídos da cobertura de assistência médica proporcionada pelo SASSEPE os seguintes procedimentos de diagnose e terapia:*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

131  
10

- I – Implantação de marcapassos, exceto marcapasso unicameral para pacientes internados no HSE;*
- II – Implantação de Stents revestidos e liberadores de drogas (Taxol e Rapamicina);*
- III – Radioterapia conformacional ou conformada (3D);*
- IV – Próteses de implantação cirúrgica importada;*
- V – Próteses não implantadas cirurgicamente (órteses);*
- VI – Cirurgia de LASIK;*
- VII – Terapia fotodinâmica com Visudyne (TFD);*
- VIII – Procedimentos, tratamentos e/ou exames complementares realizados fora do Estado de Pernambuco;*
- IX – Tesoura para uso cirúrgico – ULTRACISION;*
- X – Vacinas dessensibilizantes;*
- XI – Droga antifúngica – Anfotericina B Lipossomal;*
- XII – Facectomia pela técnica de Facoemulsificação com uso de lentes intra-oculares dobráveis;*
- XIII – Todos os demais procedimentos não previstos na tabela do SASSEPE.*

**Art. 2º - Compete ao Instituto de Recurso Humanos – IRH/PE, fiscalizar o fiel cumprimento desta Resolução.” (...).**

Ou seja, o SASSEPE é um sistema de adesão voluntária, cujo custeio conta com a participação dos seus beneficiários, além de contribuição fixa do Poder Executivo e variável dos demais Poderes, na proporção dos respectivos servidores aderentes, razão pela qual sua função não se confunde com a desempenhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal e igualitário, sem qualquer limite de cobertura de tratamentos.

Porém, penso que ainda que a Lei Federal nº 9.656/98 não abranja os sistemas de saúde mantidos pelas pessoas jurídicas de direito público para os seus servidores, estes servidores, mesmo não qualificados como *consumidores* (na acepção tradicional de *direito privado*), não podem ficar à *completa mercê* das decisões administrativas que deliberem incluir ou excluir determinados procedimentos do âmbito de cobertura, o que em última análise resultaria em *cláusula potestativa* francamente incompatível com o caráter oneroso do sistema.

Deveras, a circunstância de o SASSEPE ser estruturado em *bases estatutárias* e de *adesão voluntária* não significa que não se apliquem aos aderentes, *por identidade de razão jurídica*, pelos menos algumas das regras protetivas comumente regentes das relações de consumo que envolvem planos de saúde privados, em especial quanto ao *efetivo conhecimento das condições e limites do sistema no momento da adesão* e à *prévia comunicação, a tempo e modo, das eventuais alterações das regras originárias*.

Nesse cenário, tenho que a realização de ato cirúrgico denominado ‘Terapia Fotodinâmica com Visudyne no olho esquerdo para tratamento de membrana neovascular subretiniana’, deferido em primeiro grau, não se afigura excepcional ou





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

138  
70

extraordinário, não se justificando, sob o prisma do princípio da razoabilidade, a negativa de seu custeio.

Em reforço argumentativo, apresento os seguintes precedentes deste TJPE:

**“EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. TRATAMENTO DE SAÚDE INDISPENSÁVEL À SAÚDE DO BENEFICIÁRIO. HEMODIÁLISE HOSPITALAR. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA RENAL CRÔNICA. SASSEPE. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O autor/agravado é beneficiário do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, tendo esse sistema como função a cobertura de despesas dos serviços de atendimento médico-hospitalar, bem como os atos necessários ao diagnóstico e tratamento, prestados aos seus beneficiários. 2. A relação mantida entre a entidade mantenedora do plano de saúde - SASSEPE e o agravado beneficiário caracteriza-se pelo objeto contratado, no caso, contrato de plano de saúde, sendo irrelevante a natureza jurídica da entidade prestadora do serviço. Logo, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores de Pernambuco, o fornecimento do tratamento requestado. 3. A pretensão do autor beneficiário encontra-se amparada por um conjunto probatório capaz de confirmar a existência dos requisitos indispensáveis ao seu deferimento: (a) existência de enfermidade; (b) necessidade do tratamento; (c) perícia e avaliação realizadas por médico especialista; (iv) condição de beneficiário do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, razão pela qual se afiguram presentes todos os requisitos indispensáveis à formação do juízo de convencimento do MM Juízo da 1ª Vara Fazendária da Comarca de Jaboatão dos Guararapes. 4. A indisponibilidade de recursos financeiros não afasta o dever assistencial imputado ao poder público. Ocorre que o direito à saúde, estreitamente ligado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, sempre deve prevalecer sobre obstáculos de ordem financeira em razão do alto status que goza no plano constitucional. 5. Em instituindo o Sistema de Assistência dos Servidores Públicos - SASSEPE, o Estado de Pernambuco tem por escopo a promoção da saúde em relação aos seus servidores e beneficiários de forma universalizada e eficiente. Pela própria natureza do serviço prestado, o SASSEPE encontra-se obrigado à contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos do apelante não podem se sobrepor ao direito à vida do beneficiário. 6. A multa diária tem por escopo unicamente reprimir a resistência do SASSEPE, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação de astreintes no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do paciente que apresenta um quadro de extrema gravidade. 7. À unanimidade, Recursos de Agravo não provido. (Agravo 322265-1 (0013469-17.2013.8.17.0000), Rel. Des. Jorge Américo Pereira de Lira, 1ª Câmara de Direito Público, DJ 11.03.2014)”.**

**“EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. CUSTEIO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO A PORTADOR DE DOENÇA DE PARKINSON (IMPLANTAÇÃO DE ELETRODOS). DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO SASSEPE. MULTA DIÁRIA. AUSÊNCIA DE ÔNUS EXCESSIVO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. As restrições impostas pelos arts. 1º, §3º, da Lei Federal nº 8.437/92 e 1º da Lei**







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Federal nº 9.494/97 limitam-se à concessão de pagamentos ou incorporação de vencimentos ou vantagens a servidor público, não sendo o caso dos autos, na qual resta caracterizado o estado de necessidade e a exigência de preservação da vida humana, com a urgência inerente à prestação de assistência à saúde, assegurada constitucionalmente. 2. A tutela antecipada ora agravada implica adiantamento provisório de efeitos práticos do provimento de mérito, não da própria eficácia da sentença, motivo pelo qual não há que se falar em irreversibilidade do provimento. 3. O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao imposterável dever dos agravantes de assegurarem aos seus beneficiários o direito à saúde, justifica a imposição da obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado. 4. Cabe ao médico definir o tratamento mais adequado ao paciente, avaliando as condições de recuperação individualmente, restando ao gestor do plano de saúde organizar a equação econômico-financeira, de forma a atingir o equilíbrio, diminuindo custos e agregando receita, posto não ser razoável restringir sua atividade fim ao limitar procedimentos terapêuticos e excluir tratamentos de saúde modernos e específicos pelo simples fato de serem mais onerosos. 5. Precedentes desta Corte de Justiça. 6. Agravo de instrumento improvido à unanimidade, não se considerando malferidos os arts. 273, §§2º e 3º, do CPC; 1º, §3º, da Lei Federal nº 8.437/92 e 1º da Lei Federal nº 9.494/97. (Agravo de Instrumento 0327560-1 (0001792-53.2014.8.17.0000), Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 2ª Câmara de Direito Público, DJ 20.03.2014).”

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário.**

Recife, 18 de Junho de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator